# Anais do XVIII Simpósio Interdisciplinar da FASAP 2026

# XVIII SIMPÓSIO INTERDISCIPLINAR DA FASAP 2026

# FASAP

**Frederico Martino Simonini da Silva (Diretor Geral)**
**Sérgio Valerio Miranda Pereira (Diretor Financeiro)**
**Adolfo Egídio Reis (Diretor da SEDEP)**

## CORPO EDITORIAL


Alessandra Rocha do Prado
Alexandre Marra Martins
Alice Maria Panisset Moraes
Aline Carvalho Carlos
Álvaro Medeiros
Amanda Castro Mendes
Amanda de Oliveira Lannes
Ana Alexia Simões Gramacho Campanate
Ana Carolina Corrêa de Azevedo da Silva
Ana Carolina Gonçalves Ferreira
Ana Caroline Barreto Fernandes
Ana Clara Constante Pacheco
Ana Julia Branquinho Lopes Miranda
Anderson
Andressa Moreira
Andressa Pinheiro
Anna Terra
Arthur Bernardo
Ayra Luani Soares
Beatriz Simões de Castro
Boniek Pereira Gomes
Brenda Rodrigues da Silva Pedra
Bruna Ferreira da Silva
Bruna Santos
Bruno Kort Kamp Ramos
Caique Figueredo de Oliveira
Camile Vitória Thomaz Martins Queiroz
Carina Mattos Paiva
Carina Meireles Lessa
Carloiza dos Santos Dias Moura
Carlos Alberto de Souza Silva
Carollyne Rodrigues
Cecília Gonçalves
Christian Granito
Clara Diniz
Clara Soares Orçay
Crestiele Rodrigues Ferreira
Cristiana Vidipó Almeida Val
Daiana da Silva
Daniel Robert Bastos
Danielly Leite
Davi Silva Lima Barros
Dayane Lima de Castro
Deivt Junior dos Santos Ferreira
Ediani Maria Martins de Mello
Elias Félix Carneiro
Elias Rangel Bairral
Emanuelle Gomes Medeiros
Emilly Reis de Oliveira
Emilly Ventura
Eric Silva Telhado
Felipe Alves
Fernanda Faria
Fernando Antônio Rodrigues Costa
Fernando Santos Caldas Filho
Filipe da Silva Mello Chapim
Flaviane Sá Ferreira
Flávio Dias Moura
Gabriel Gregório
Gabriel Otávio dos Santos Coutinho
Gabriel Rôla Zanata
Gabriela da Conceição Nascimento
Gabrielle da Costa Nascimento
Giovana Fernandes Castilho
Gisele dos Santos
Gládys Leandra Rodrigues
Gleice Kellen Pereira Brazola
Gustavo de Freitas
Gustavo de Oliveira Fonseca
Henrique Wagner dos Santos Nunes
Herica Victoria dos Santos Gonçalves
Iasmin Souza da Silva Cosendey
Ignácio da Conceição Sanches Liker
Igor Apolinário
Igor Domingues Pegoraro
Igor Narciso Pinheiro de Almeida
Inácio Moura Barrias da Silva
Inácio Rodrigues
Íris Machado
Isabela Azevedo
Isabella Maceió
Isadora Antunes Chapim de Souza
Isadora Coelho
Itallo Brandão do Rosário
Izabelly Luizy Couton Dias Raymundo
Jamilly Pereira Ramos
Jemuel Kort-Kamp
Jéssica Ribeiro
Jeuziane Duarte Lamim
Jhones Oliveira Barboza
João Antônio Aguiar Granado Peluzio
João Davi da Fonseca Silva
João de Araujo
João Fabrício de Pinho Mota
João Pedro da Costa Barros Barcelos
João Pedro Gomes de Araujo Silva
Jorge Henrique Constâncio da Rocha Junior
José Inácio Motta Gonçalves
Júlia Hermsdorff
Julia Silveira
Juliana Costa Marques
Julio Cesar Fernandes Damascena
Jussara de Souza Barbosa
Kaique Martins Rodrigues
Kamila Lopes
Kassiane Crisóstomo da Silva
Kauany Vitória Oliveira Martins
Kaylane Helena Mendes de Almeida
Kaylane Vasconcelos de Oliveira
Kellety Andrade
Kelrye Silva
Kethely Magalhães da Rocha
Lara da Silva Curty
Larissa Sobral
Laura Barreto da Costa Rodrigues
Laura Souza Sentinella Fialho
Laura Werneck das Neves Ferraz Silva
Lázaro Rodrigues Penna
Leandro da Silva Costa
Lenon Pires Vicente
Letícia Gomes Brum
Letícia Moreira Santos

Lia Mota
Lílian Sanches
Lívia Ferreira Machado
Lívia Garcia
Livia Ruiz Cortat
Lívia Zanco
Lorena Andrade dos Reis
Lorena de Oliveira Souza
Lorena Ferreira dos Santos Sales
Luan Oliveira
Lucas Borges
Lucas Curty Abreu
Lucas da Silva Martins
Lucas Lessa
Lucas Maurilio de Carvalho Figueredo
Lúcia Helena Rodrigues Henriques
Luciana Terração
Luciano Reis Corrêa
Maisa Toledo Hipólito
Marcelle Gonçalves Peres
Márcia Ribeiro Lemos
Márcio Gabriel Bernardo Carneiro
Marco Antônio Arantes Gonçalves
Marco Antônio Oliveira
Marcos Paulos Vieira
Maria Aparecida Ventura
Maria Cecília Lugão
Maria Clara Bittencourte de Souza
Maria Clara Cunha da Costa Pinto
Maria Clara de Oliveira Ceciliano
Maria Clara de Souza Sorrentino da Costa
Maria Clara Pegorim
Maria Eduarda Barbosa da Rocha Santos
Maria Eduarda de Souza Lopes
Maria Eduarda Fagundes Constâncio
Maria Eduarda Franco
Maria Fernanda Barros
Maria Luiza Castro
Mariana Gabry
Mariana Leite
Marine Cunha Barros Pacheco
Mateus Fernandes Ferreira
Mateus Oliveira Rodrigues
Matheus Vieira
Maurício Renan Rodrigues Januário
Mayane Oliveira
Mayara Gonçalves
Mel Damasceno
Micaela Sanches
Michaela Pereira da Cunha
Michelly Eduarda Leon Silva
Milena Schuenck
Milena Soares de Caires Pinheiro
Millena Miguez Reder
Mirella Nepuceno
Monik Aparecida de Lima Guimarães
Movan Delfin Misael Junior
Murilo José Reis Verdan
Nayra Silva Oliveira Sanches
Nicolly da Silva Pinheiro
Ofélia Machado Mansur
Pablo Zeus Bitencourte Campos Souto
Paloma Chrispim
Paloma Lopes
Patrick Faria Cordeiro
Patryck Padovani da Costa Silva
Paulo César Almeida Benedito
Petherson Machado
Pietra de Sousa Belloti da Silva
Raiane Ferreira
Ramon Ferreira
Rayane Quirino Seabra
Renan Pereira da Silva
Rhaquel Marques Franco Bandeira
Rodrigo de Melo Fíngolo
Rodrigo Machado Severino
Roger Cardoso da Silva
Rômulo Marinho Santos Mata
Ronan de Paula Souza
Samara Lopes Evangelista
Samela Lucas Rosa Duarte
Samir Gomes
Samira Oliveira Amaro
Samuel de Pinho Mota
Samyle Yasmim Santos de Oliveira
Sandro Costa Meirelles
Sofia Eloize
Sofia Machado Magalhães Camacho
Tatiana Aparecida
Taysa da Silva Lyra
Thalita Gonçalves de Souza
Thamires de Souza Sorrentino
Thayan Ferreira de Azevedo Ávila
Thayynne Oliveira
Tiago Goulart Cruz
Victoria Guimarães do Nascimento
Vitória Abreu
Vitória Mendonça
Vitória Rocha Paiva
Ysadora Duarte
Zecrildo Ibrahim dos Santos Junior

# APRESENTAÇÃO

O Simpósio Interdisciplinar da Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) chega à sua 18ª edição e, adjunto a este, apresenta-se o 11º volume dos Anais do Simpósio. O presente evento continua com o objetivo, a priori, de proporcionar o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento (Direito, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional).

Assim, de acordo com a programação, busca-se o inter-relacionamento dos alunos de todos os cursos, por meio da possibilidade de escolha dos participantes, de acordo com suas preferências e habilidades pessoais, favorecendo também a descoberta de novos ramos do saber. A proposta é promover a interação entre a sociedade, os professores e os alunos, em prol do crescimento e do aperfeiçoamento da ciência.

Os Anais do Simpósio Interdisciplinar da FASAP não visam apenas expor os conteúdos dos professores que participaram das mesas temáticas e dos alunos das disciplinas de extensão integrada, mas também proporcionar àqueles que realizaram pesquisas dentro e fora da instituição a oportunidade de divulgação de seus trabalhos por meio deste canal de comunicação científica, que possui o Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas (ISSN) e contribui para ampliar a visibilidade das produções acadêmicas.

A cada edição, os Anais reafirmam o compromisso da FASAP com a produção, a divulgação e o fortalecimento da ciência, mantendo-se como importante espaço de integração entre diferentes áreas do conhecimento e de valorização da pesquisa, do ensino e da extensão.

Agosto de 2026

Paloma Chrispim Santos Muniz

## COMISSÃO ORGANIZADORA

Paloma Chrispim Santos Muniz

## APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Adriana Chaves de Oliveira Ruback
Carina Silva Abreu Souza
Dinart Rocha Filho
Luiza Cosendey Souza
Renato Curty

## COMITÊ INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Faculdade Santo Antônio de Pádua

Sérgio Valério Miranda (Diretor Financeiro)
Frederico Martino Simonini da Silva (Diretor Geral)
Adolfo Egídio Reis (Diretor da SEDEP)
Jeuziane Duarte Lamim (Coordenadora Pedagógica)
Paloma Chrispim Santos Muniz (Coordenação de Pesquisa)

Comitê Externo:

Pedro de Abreu Monteiro Campos (PUC-Rio)
Luís Antônio Monteiro Campos (UCP e Unilasalle)

A5321a Anais do Simpósio interdisciplinar da FASAP (18.: 2026 : Santo Antônio de Pádua, RJ)

Anais do XVIII Simpósio Interdisciplinar da FASAP 2026, Santo Antônio de Pádua, 25 e 26 de maio de 2026.,/ Org, Paloma Chrispim Santos Muniz. - Santo Antônio de Pádua, RJ, 2026.

32p.

Modo de acesso: https://www.fasap.edu.br/anaisdosimposio ISSN

23580-0712

Mariana Pereira Carvalho Camacho – Bibliotecária – CRB 7296

## SUMÁRIO

### Ciências Humanas

### Curso de Direito

- A “Carga Mental” e a Advocacia: Dupla ou Tripla Jornada? ..... 1

- A Mulher Trans e a Advocacia: Barreiras e Prerrogativas no Contexto Jurídico Brasileiro ..... 2

- Assédio Moral e Sexual nas Relações de Trabalho no Meio Jurídico Contemporâneo ..... 3

- Glass Cliff e Desigualdade de Gênero na Gestão Jurídica Brasileira: Análise da Segregação Ocupacional e dos Desafios à Igualdade no Exercício da Advocacia …..... 4

- O Teto de Vidro no Judiciário e nos Grandes Escritórios de Advocacia: Desafios à Igualdade de Gênero ..... 5

### Ciências Sociais

### Curso de Educação Física

- LER/DORT e as Principais Áreas Acometidas no Contexto Ocupacional ..... 6

- Movimento e Saúde no Trabalho: A Relevância da Ginástica Laboral e do Profissional de Educação Física ..... 7

- Movimento que Cuida: A Ginástica Laboral como Estratégia na Prevenção de Doenças Ocupacionais ..... 8

### Ciências da Saúde

### Curso de Enfermagem

- Comunicação Humanizada na Enfermagem: A Importância da Escuta e Acolhimento no Cuidado em Saúde ..... 10

- Cuidado Inclusivo: Estratégias de Enfermagem no Atendimento à Pessoa com Deficiência ..... 11

- Saúde Mental e Inclusão Social: Superando o Preconto..... 12

- Humanização no SUS: Cuidar com Respeito e Equidade..... 12

- Educação em Saúde como Ferramenta de Inclusão Comunitária na Enfermagem …..... 13

- Acessibilidade nos Serviços de Saúde: O Que Ainda Precisa Melhorar?..... 14

- Identidade de Gênero e Inclusão: A Mulher Trans na Enfermagem ..... 15

- Assédio e Violência no Ambiente de Trabalho..... 16

- Teto de Vidro na Gestão Hospitalar ..... 17

- Invisível Dupla Jornada: Trabalho Doméstico e Plantão na Enfermagem..... 18

- O Legado de Florence e a Feminilização do Cuidado ..... 19

- A Atuação da Equipe de Enfermagem na Educação em Saúde: Ensino de Primeiro Socorros para Queimaduras e Hemorragias ..... 20

- Desmaio e Convulsão: Primeiros Socorros e Cuidados Imediatos..... 21

- Do Cuidado aos Primeiros Socorros: A Importância do Conhecimento e Capacitação nos Casos de Engasgo em Crianças..... 22

**Ciências da Saúde**

**Cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

- Brincar também é Incluir: A Importância das Brincadeiras Inclusivas para o Desenvolvimento de Crianças com Transtorno do Espectro Autista ..... 23

- Terapia Ocupacional na Prática Inclusiva: Ação Educativa e Oficina Terapêutica para Promoção do Desenvolvimento Infantil..... 24

- A Massinha à Escrita: Atividades Lúdicas como Estratégia para o Desenvolvimento Motor e Cognitivo na Educação Infantil ..... 25

- Circuito Motor Inclusivo: Estratégias Fisioterapêuticas para o Desenvolvimento Motor e a Participação de Crianças com Deficiência ..... 25

- Empatia e Convivência: Desenvolvendo Habilidades Socioemocionais por Meio de Atividades Lúdicas ..... 26

## Ciências da Saúde

## Curso de Psicologia

- As Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas do Transtorno do Espectro Autista (TEA)..... 27

- Autismo e Realidade: A Verdade por Trás do Espectro ..... 28

- O Transtorno do Espectro Autista (TEA) e os Diagnósticos Clínicos..... 30

- Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o Papel da Psicologia ..... 31

# A "CARGA MENTAL" E A ADVOCACIA: DUPLA OU TRIPLA JORNADA?

Carlos Alberto de Souza Silva[1]; Camile Vitória Thomaz Martins Queiroz[1]; Elias Félix Carneiro[1]; Gleice Kellen Pereira Brazola[1]; João Fabrício de Pinho Mota[1]; José Inácio Motta Gonçalves[1]; Juliana Costa Marques[1]; Kassiane Crisóstomo da Silva[1]; Kaylane Helena Mendes de Almeida[1]; Márcio Gabriel Bernardo Carneiro[1]; Maria Eduarda de Souza Lopes[1]; Marco Antônio Arantes Gonçalves[1]; Samuel de Pinho Mota[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Direito

**Resumo**: A jornada dupla pode ser entendida como o trabalho empreendido de forma interna e externa, cuja responsabilidade é, na maioria das vezes, das mulheres, que possuem trabalhos remunerados fora do lar, além de exercerem os trabalhos de cuidado dentro de casa. Trabalhos de cuidado são as responsabilidade familiares, sendo toda atividade que tenha como objetivo a manutenção e o cuidado de outras pessoas. Eles podem ser remunerados ou não remunerados. Surgindo desta segunda categoria o foco deste ensaio. Em Pesquisas bibliográficas, foi constatado que aproximadamente 76% do tempo gasto nesses trabalhos é retirado das mulheres. Também foram encontrados dados que as mulheres despendiam em 2022, aproximadamente dez horas a mais nos trabalhos de cuidado em relação aos homens. Mostrando que a organização social do cuidado ainda é pautada pela divisão sexual, a qual sobrecarrega as mulheres com a maior parte das responsabilidades internas. No campo da advocacia não poderia ser diferente, esses fatores tendem a agravar diante da possibilidade do trabalho remoto. Advogadas, mulheres que muitas vezes são mães, precisam dividir o foco entre seu trabalho e os afazeres domésticos. O que acaba por elevar a carga mental ou dificulta o processo de desconexão. A carga mental consubstanciada pela relembrança constante de atividades que necessitam ser prestadas, e a desconexão pode ser definida como o processo em que o indivíduo "se desliga" das atividades laborais remuneradas ou não, de forma a descansar sua mente de preocupações relacionadas a eles. Percebe-se assim que se tratam de conceitos contrastantes. Dessa forma, é notável a problemática exposta por este trabalho, em que mulheres, ao mesmo tempo, exercem seu labor, praticam atividades domésticas, cuidam dos filhos e planejam as próximas atividades, não sobrando tempo para lazer ou especialização na área. Outrossim, não deve ser esquecida a penalização pela maternidade, termo utilizado para definir as consequências negativas que o mercado de trabalho traz para as mulheres que possuem filhos, como no caso prático apresentado neste trabalho, o qual a atual Ministra do STJ, Daniela Teixeira, enfrentou oito horas de espera para falar em determinada sessão do Conselho Nacional de Justiça, estando grávida. Desta maneira, é perceptível as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, estando estas cada vez mais sobrecarregadas pelo acúmulo de trabalho, necessitando tanto de apoio familiar, a prática pelos

homens dos trabalhos de cuidado, quanto por políticas públicas externas, intervenções da OAB com fim de beneficiar advogadas que lidam com a dupla jornada.

**Palavras chave:** Jornada Dupla; Trabalhos de Cuidado; Advocacia; Realização Mulheres .

# A MULHER TRANS E A ADVOCACIA: BARREIRAS E PRERROGATIVAS NO CONTEXTO JURÍDICO BRASILEIRO

Carlos Alberto de Souza Silva[1]; Alexandre Marra Martins[1]; Amanda de Oliveira Lannes[1]; Ana Alexia Simões Gramacho Campanate[1]; Carloiza dos Santos Dias Moura[1]; Carina Meireles Lessa[1]; Flávio Dias Moura[1]; Ignácio da Conceição Sanches Liker[1]; Laura Werneck das Neves Ferraz Silva[1]; Lucas Curty Abreu[1]; Marine Cunha Barros Pacheco[1]; Maurício Renan Rodrigues Januário[1]; Sofia Machado Magalhães Camacho[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Direito;

**Resumo:** A presente pesquisa analisa a inserção de mulheres trans na advocacia brasileira, destacando as barreiras estruturais e os avanços institucionais relacionados à promoção dos direitos fundamentais, especialmente os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade. Embora a advocacia seja reconhecida como função essencial à administração da justiça e instrumento de efetivação de direitos, o ambiente jurídico ainda reflete desigualdades históricas que impactam diretamente grupos socialmente marginalizados. Nesse contexto, as mulheres trans enfrentam múltiplos obstáculos, que se iniciam ainda na formação educacional, em razão de ambientes excludentes e discriminatórios, e se prolongam no acesso e permanência no mercado de trabalho jurídico. O objetivo do estudo consiste em compreender as dificuldades enfrentadas por essas profissionais no exercício da advocacia, bem como analisar as prerrogativas e conquistas institucionais que visam promover sua inclusão e reconhecimento. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, com análise de normas da Ordem dos Advogados do Brasil, como a Resolução nº 05/2016, que regulamenta o uso do nome social, e o provimento de diversidade de 2024, além da abordagem de referenciais históricos relevantes, como a trajetória de Janaína Dutra, pioneira na advocacia trans no Brasil. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços normativos e institucionais, ainda persistem desafios significativos, como a transfobia institucional, a ausência de políticas efetivas de inclusão, a baixa representatividade em espaços de prestígio e práticas discriminatórias veladas no cotidiano profissional. Observa-se, ainda, que a igualdade formal assegurada pelas normas jurídicas não se traduz, de forma plena, em igualdade material na prática. Conclui-se que a efetiva inclusão de mulheres trans na advocacia depende não apenas da existência de normas protetivas, mas também da implementação de políticas institucionais consistentes, da

capacitação dos operadores do direito e da promoção de uma mudança cultural que valorize a diversidade e assegure o respeito à identidade de gênero, consolidando a advocacia como instrumento de cidadania, inclusão social e transformação estrutural da sociedade.

**Palavras chave:** Advocacia; Direitos humanos; Diversidade; Inclusão; Mulheres trans.

# ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO MEIO JURÍDICO CONTEMPORÂNEO

Carlos Alberto de S. Silva[1]; Daniel Robert Bastos[1]; Davi Silva Lima Barros[1]; Fernando Santos Caldas Filho[1]; Gabriel Otávio dos Santos Coutinho[1]; Gládys Leandra Rodrigues[1]; Igor Narciso Pinheiro de Almeida[1]; Inácio Rodrigues[1]; João Antônio Aguiar Granado Peluzio[1]; João Davi da Fonseca Silva[1]; Lenon Pires Vicente[1]; Mateus Oliveira Rodrigues[1]; Patrick Faria Cordeiro[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Direito

**Resumo**: No contexto do século XXI, o trabalho se transformou, deixando de ser somente um meio de subsistência para um canal importante para a construção social do indivíduo, na sua identidade e inserção social. No contexto jurídico, isso se intensifica, por sua organização hierárquica, alta competitividade, fatores que podem abrir brecha para práticas abusivas, como o assédio moral e o assédio sexual, que ocorre muitas vezes a naturalização dessa conduta, ou a não denúncia de casos, por influência do medo de sofrer consequências, represálias, ou pela dependência profissional em relação a superiores na sua hierarquia. Diante disso, o estudo em questão tem o intuito de analisar como objeto o assédio moral e sexual nas relações de trabalho no meio jurídico, colocando em destaque as principais consequências na vida dos trabalhadores e os mecanismos de proteção existentes no ordenamento jurídico. A metodologia adotada consiste em pesquisa de natureza teórica, com base em revisão bibliográfica e análise de dados institucionais e normativos relacionados ao tema. Os resultados concluem que o assédio moral, caracterizado por condutas repetitivas de humilhação, constrangimento e pressão psicológica, e o assédio sexual, definido como comportamento de natureza sexual sem consentimento, causam diversos prejuízos às vítimas, entre eles destaca-se, danos à saúde mental, como ansiedade, estresse, depressão, burnout, queda no desempenho profissional, dificuldades em se concentrar, além de prejuízos nas relações sociais. No meio jurídico, estas práticas são frequentemente ampliadas pela questão da subordinação, sendo bem comum a questão do assédio vertical, tendo um maior destaque entre superiores e subordinados. Dados institucionais indicam que uma parcela significativa dos profissionais da área já vivenciou situações de assédio ou discriminação, o que evidencia a importância do tema. Outro foco importante é a baixa formalização de denúncias, o que acaba por contribuir para a perpetuidade destas práticas e para a criação de uma cultura do silêncio dentro

destas instituições. Embora o Brasil possua um ordenamento com bastante mecanismo de proteção, como os direitos fundamentais previstos na Constituição, legislação trabalhista e penal, também canais institucionais de denúncia, ainda existem várias dificuldades em relação à efetividade dessas medidas, principalmente no requisito de confiança da vítima e sobre a proteção garantida sobre as represálias. Neste sentido, conclui-se que o enfrentamento do assédio moral e sexual exige não apenas a aplicação de sanções aos responsáveis, mas também a adoção de medidas que visam prevenir e proteger as vítimas e as possíveis vítimas por meio da criação de políticas institucionais eficazes, a promoção de campanhas com o intuito de conscientização e o fortalecimento de canais seguros de denúncia. Dessa forma, será possível a construção de um ambiente de trabalho mais digno, seguro e respeitoso no meio jurídico.

**Palavras-chave:** Assédio moral; Assédio sexual; Ambiente jurídico; Relações de trabalho; Dignidade.

## GLASS CLIFF E DESIGUALDADE DE GÊNERO NA GESTÃO JURÍDICA BRASILEIRA: ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO OCUPACIONAL E DOS DESAFIOS Á IGUALDADE NO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA

Carlos Alberto de Souza Silva[1]; Aline Carvalho Carlos[1]; Dayane Lima de Castro[1]; Fernando Antônio Rodrigues Costa[1]; Julio Cesar Fernandes Damascena[1]; Kaique Martins Rodrigues[1]; Lorena de Oliveira Souza[1]; Maria Clara de Oliveira Ceciliano[1]; Pietra de Sousa Belloti da Silva[1]; Ronan de Paula Souza[1]; Samira Oliveira Amaro[1]; Zecrildo Ibrahim dos Santos Junior[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Direito

**Resumo:** O presente trabalho analisa o fenômeno do Glass Cliff (precipício de vidro) na gestão jurídica brasileira, evidenciando sua relação com a persistente desigualdade de gênero no campo do Direito. O tema se justifica pela relevância social e acadêmica, uma vez que, embora as mulheres representem maioria na advocacia nacional, conforme dados da Ordem dos Advogados do Brasil, ainda enfrentam barreiras estruturais para alcançar posições de liderança e espaços de maior prestígio e remuneração. Tal cenário demonstra que a igualdade formal de acesso à profissão não se traduz em igualdade material de oportunidades. O objetivo da pesquisa consiste em analisar a incidência do Glass Cliff na gestão jurídica, com ênfase na segregação ocupacional de gênero, buscando compreender como mulheres são frequentemente alçadas a posições de liderança em contextos de crise ou instabilidade, nos quais há maior risco de insucesso, além de investigar a distribuição desigual entre áreas do Direito. Quanto à metodologia aplicada, optou-se por uma pesquisa do tipo exploratória por meio de levantamento bibliográfico, artigos científicos, monografias e livros. O artigo foi estruturado em tópicos que abordam, inicialmente, o conceito de Glass Cliff e sua

manifestação no âmbito jurídico; em seguida, analisa-se a segregação ocupacional de gênero sob as dimensões horizontal (distribuição entre áreas) e vertical (acesso a cargos de poder); posteriormente, são apresentados dados empíricos da advocacia e do Poder Judiciário que evidenciam o chamado "funil de gênero", com redução da presença feminina nos níveis mais altos da carreira; discute-se ainda os fatores estruturais que explicam a feminização de áreas jurídicas associadas ao cuidado, como construções socioculturais, divisão sexual do trabalho e desigualdade de valorização econômica; por fim, destaca-se um estudo de caso representativo e são propostas medidas institucionais voltadas à promoção da equidade de gênero. Conclui-se que o Glass Cliff, aliado à segregação ocupacional, constitui um dos principais entraves à efetiva igualdade no Direito brasileiro. A divisão entre áreas jurídicas "de cuidado" e "de capital" revela-se como produto de construções históricas e sociais, e não de aptidões naturais. A superação dessas desigualdades exige a implementação de políticas institucionais, como promoção da diversidade, transparência remuneratória e incentivo à liderança feminina, sendo fundamental para a consolidação de um sistema jurídico mais justo, democrático e representativo.

**Palavras-chave:** Advocacia; Desigualdade de gênero; Gestão jurídica; Glass Cliff; Segregação ocupacional

# O TETO DE VIDRO NO JUDICIÁRIO E NOS GRANDES ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA: DESAFIOS À IGUALDADE DE GÊNERO

Carlos Alberto de Souza Silva[1]; Ana Carolina Gonçalves Ferreira[1]; Bruno Kort Kamp Ramos[1]; Flaviane Sá Ferreira[1]; Laura Souza Sentinella Fialho[1]; Lorena Andrade dos Reis[1]; Marcelle Gonçalves Peres[1]; Maria Clara Cunha da Costa Pinto[1]; Maria Clara de Souza Sorrentino da Costa[1]; Maria Eduarda Barbosa da Rocha Santos[1]; Michaela Pereira da Cunha[1]; Rayane Quirino Seabra[1]; Rômulo Marinho Santos Mata[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Direito

**Resumo:** O presente trabalho analisa o fenômeno do teto de vidro no âmbito do Judiciário e dos grandes escritórios de advocacia, destacando a persistência de barreiras estruturais que dificultam a ascensão de mulheres a cargos de liderança, apesar de sua expressiva presença na formação jurídica e no exercício da advocacia. A relevância do estudo se justifica pela necessidade de compreender as desigualdades de gênero em um sistema que tem como função primordial a promoção da justiça e da igualdade. O objetivo consiste em examinar como o teto de vidro se manifesta no sistema jurídico brasileiro e identificar fatores que contribuem para a sub-representação feminina em posições de poder. A metodologia adotada baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, com análise de estudos acadêmicos, dados institucionais e normativas relacionadas à participação feminina no Judiciário. Os resultados

evidenciam que, embora as mulheres sejam maioria nos cursos de Direito e possuam significativa atuação profissional, sua presença diminui progressivamente nos níveis mais elevados da carreira, caracterizando uma pirâmide de desigualdade. Verifica-se, ainda, que fatores como preconceitos históricos de gênero, dificuldades de conciliação entre vida profissional e pessoal e redes de relacionamento predominantemente masculinas influenciam diretamente as oportunidades de ascensão. Ademais, iniciativas institucionais têm buscado enfrentar essas desigualdades por meio de políticas de incentivo à participação feminina. Conclui se que o teto de vidro permanece como um obstáculo relevante no sistema jurídico, sendo necessário o fortalecimento de políticas públicas e institucionais que garantam igualdade efetiva de oportunidades e ampliem a representatividade feminina nos espaços de decisão.

**Palavras-chave:** Advocacia; Igualdade de gênero; Judiciário; Liderança feminina; Teto de vidro

## LER/DORT E AS PRINCIPAIS ÁREAS ACOMETIDAS NO CONTEXTO OCUPACIONAL

Ofelia Machado Mansur[1]; Emilly Ventura[1]; Marco Antônio Oliveira[1]; João de Araujo[1]; Luan Oliveira[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Licenciatura em Educação Física

**Resumo**: As Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) representam um dos principais agravos à saúde do trabalhador na contemporaneidade. Essas condições estão diretamente associadas às exigências físicas e organizacionais do trabalho, sendo caracterizadas por dor, inflamação e limitação funcional de estruturas musculoesqueléticas. De acordo com Ministério da Saúde, as LER/DORT configuram um importante problema de saúde pública, devido à sua alta prevalência e impacto na capacidade laboral. As LER/DORT atingem principalmente regiões do corpo submetidas a maior esforço durante as atividades laborais, como mãos, punhos, braços, ombros, pescoço e coluna vertebral. Profissionais que desempenham funções administrativas, industriais, de saúde e serviços gerais estão entre os mais vulneráveis ao desenvolvimento dessas doenças. Além da dor e limitação funcional, essas condições podem provocar afastamentos do trabalho, redução da produtividade e impactos psicológicos e sociais. Nesse contexto, compreender as principais áreas do corpo acometidas é essencial para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e intervenção. A primeira etapa deste projeto constituiu de uma ampla revisão bibliográfica sobre a temática Ginástica Laboral e o Profissional de Educação Física. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sendo consultadas publicações científicas em bases de dados como SciELO e Biblioteca Virtual da

FASAP utilizando as palavras-chave: “LER/DORT”, “Doenças Ocupacionais”, “prevenção e intervenção”. E posteriormente uma entrevista com 15 perguntas abertas, fechadas e semiabertas com o profissional de Educação Física da cidade de Aperibé/RJ, Prof. Darllan Souza, atuante na empresa Hillo. O estudo teve como objetivo analisar as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e os Distúrbios Osteomusculares relacionados ao Trabalho (DORT), destacando as principais áreas do corpo acometidas no contexto ocupacional, bem como os fatores de risco associados às atividades laborais e a importância das medidas de prevenção para a promoção da saúde do trabalhador. As LER/DORT englobam um conjunto de doenças que afetam músculos, tendões, ligamentos, nervos e articulações, geralmente em decorrência de movimentos repetitivos, posturas inadequadas e sobrecarga física. Entre as regiões mais acometidas pelas LER/DORT, destacam-se os membros superiores, especialmente mãos, punhos, antebraços, cotovelos e ombros. Essas áreas são frequentemente exigidas em atividades que envolvem digitação, montagem, escrita e manipulação de objetos, o que favorece o surgimento de patologias como tendinites, tenossinovites e síndrome do túnel do carpo. Este estudo mostrou que os membros superiores concentram a maior incidência de casos devido à alta repetitividade e precisão exigidas em diversas funções laborais. Além dos membros superiores, a coluna vertebral também figura entre as principais regiões afetadas, especialmente as regiões cervical e lombar. A permanência prolongada em posturas inadequadas, como o trabalho sentado sem suporte ergonômico adequado, contribui significativamente para o desenvolvimento de dores crônicas e distúrbios musculoesqueléticos. Outras áreas que também podem ser acometidas incluem joelhos e membros inferiores, especialmente em atividades que exigem esforço físico intenso, levantamento de cargas ou permanência prolongada em pé. Portanto, é importante destacar que a distribuição das áreas afetadas está diretamente relacionada às características das atividades desempenhadas, o que reforça a necessidade de análises ergonômicas específicas para cada função. A literatura aponta que a identificação precoce dos sintomas e a adoção de medidas preventivas são fundamentais para evitar a progressão dessas doenças. Além disso, o conhecimento sobre as principais áreas acometidas contribui para intervenções mais eficazes, visando à redução da incidência dessas patologias e à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

**Palavras chave:** Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT); Doenças Ocupacionais; Lesão por Esforço Repetitivo (LER)

# MOVIMENTO E SAÚDE NO TRABALHO: A RELEVÂNCIA DA GINÁSTICA LABORAL E DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ofelia Machado Mansur[1]; Matheus Vieira[1]; Lucas Lessa[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) –Curso de Licenciatura em Educação Física

**Resumo:** A ginástica laboral tem se consolidado como uma importante estratégia de promoção da saúde no ambiente de trabalho. Com o aumento das atividades repetitivas e do sedentarismo, torna-se essencial a adoção de práticas que visem a prevenção de doenças ocupacionais e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. A prática da ginástica laboral proporciona diversos benefícios. Para o trabalhador, destacam-se a redução de dores musculares, melhora da postura, prevenção de LER/DORT e diminuição do estresse. Para as empresas, observa-se aumento da produtividade, redução do absenteísmo e melhoria do clima organizacional. Nesse contexto, o profissional de Educação Física assume papel fundamental na elaboração e aplicação dessas atividades, garantindo que sejam realizadas de forma segura e eficaz, sendo responsável pelo planejamento, orientação e supervisão das atividades de ginástica laboral. Entre suas atribuições estão a avaliação dos trabalhadores, a elaboração de programas de exercícios e a prevenção de lesões. Sua atuação contribui diretamente para a promoção da saúde e da qualidade de vida no ambiente de trabalho. A primeira etapa deste projeto constituiu de uma ampla revisão bibliográfica sobre a temática Ginástica Laboral e o Profissional de Educação Física. Neste primeiro momento destacou a relevância do profissional de educação física e sua atuação no ambiente de trabalho com a prática da ginástica laboral e o seu papel indispensável nesse processo, sendo responsável por garantir a eficácia e segurança das atividades. Em um segundo momento, foi realizada uma entrevista com 15 perguntas abertas, fechadas e semiabertas com um profissional de Educação Física na cidade de Aperibé/RJ, atuante em uma empresa com a prática da ginástica laboral. O presente estudo teve como problema de pesquisa que norteou o presente estudo foi a relevância da atuação do profissional de educação física com a ginástica laboral em ambientes de trabalho. Como objetivo geral, tem como proposta abordar a ginástica laboral para o bem-estar dos trabalhadores e como objetivos específicos, reconhecer o papel do profissional de educação física como agente primordial na saúde do trabalhador. Diante do exposto, a ginástica laboral é uma prática essencial para a promoção da saúde no ambiente de trabalho, contribuindo para a prevenção de doenças ocupacionais e melhoria da qualidade de vida. E o profissional de Educação Física desempenha papel indispensável nesse processo, sendo responsável por garantir a eficácia e segurança das atividades.

**Palavras chave:** Ginástica Laboral; Profissional de Educação Física; Qualidade de Vida do Trabalhador

# MOVIMENTO QUE CUIDA: A GINÁSTICA LABORAL COMO ESTRATÉGIA NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS OCUPACIONAIS

Ofelia Machado Mansur[1]; Samir Gomes[1]; Jemuel Kort-Kamp[1]; Petherson Machado[1]; Felipe Alves[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Licenciatura em Educação Física

**Resumo**: As transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pela industrialização e pelo avanço tecnológico, trouxeram mudanças significativas nas condições laborais, impactando diretamente a saúde dos trabalhadores. Nesse contexto, as doenças ocupacionais tornaram-se um problema relevante de saúde pública, afetando a qualidade de vida e a produtividade dos indivíduos. Entre as principais causas estão os movimentos repetitivos, a postura inadequada e o estresse no ambiente de trabalho. Diante desse cenário, a ginástica laboral surge como uma estratégia preventiva importante, sendo amplamente adotada por empresas que buscam promover a saúde e o bem-estar de seus colaboradores. A ginástica laboral pode ser classificada em preparatória, compensatória e de relaxamento, sendo aplicada em diferentes momentos da jornada de trabalho. Sua execução promove benefícios tanto físicos quanto psicológicos, como a redução do estresse, a melhora da circulação sanguínea e o fortalecimento das relações interpessoais no ambiente organizacional. A primeira etapa deste projeto constituiu de uma ampla revisão bibliográfica sobre a temática Ginástica Laboral e Doenças Ocupacionais. Neste primeiro momento destacou a relevância da ginástica laboral como uma estratégia acessível e eficiente na prevenção dessas doenças, promovendo benefícios físicos, psicológicos e sociais. Como segunda etapa, foi realizada uma entrevista com 15 perguntas abertas, fechadas e semiabertas com um profissional de Educação Física na cidade de Aperibé/RJ. O problema de pesquisa que norteou o presente estudo foi a relevância da ginástica laboral e sua relevância na prevenção de doenças ocupacionais. Como objetivo geral, tem como proposta abordar a importância da ginástica laboral para o bem-estar dos trabalhadores e como objetivos específicos, reconhecer os efeitos da mesma na prevenção de lesões, na melhoria da saúde física e os benefícios emocionais e sociais que proporciona. Diante do exposto, evidencia se que as doenças ocupacionais representam um desafio significativo para a saúde do trabalhador e para as organizações. Fatores como repetitividade, postura inadequada e estresse são determinantes para o surgimento dessas patologias, exigindo medidas preventivas eficazes. Sendo assim, a implementação da ginástica laboral no ambiente de trabalho contribui não apenas para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, mas também para o aumento da produtividade e redução de custos relacionados ao afastamento por doenças. Portanto, é fundamental que empresas e profissionais da área da saúde e educação física invistam em programas de promoção da saúde, reconhecendo a importância da ginástica laboral como ferramenta essencial na prevenção de doenças ocupacionais.

**Palavras chave:** Doenças Ocupacionais; Ginática Laboral; Prevenção.

# COMUNICAÇÃO HUMANIZADA NA ENFERMAGEM: A IMPORTÂNCIA DA ESCUTA E ACOLHIMENTO NO CUIDADO EM SAÚDE

Jeuziane Duarte Lamim[1]; Ana Julia Branquinho Lopes Miranda[1]; Crestiele Rodrigues Ferreira[1]; Iasmin Souza da Silva Cosendey[1]; Izabelly Luizy Couton Dias Raymundo[1]; Milena Soares de Caires Pinheiro[1]; Samela Lucas Rosa Duarte[1]; Vitória Rocha Paiva[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Enfermagem

**Resumo:** Este estudo analisa a comunicação humanizada na enfermagem como elemento central para a qualidade do cuidado em saúde. Tal comunicação vai além da simples transmissão de informações, abrangendo aspectos como respeito, empatia e compreensão das necessidades físicas, emocionais e sociais dos pacientes. Na Atenção Primária à Saúde, a humanização destaca-se pelo fortalecimento da relação entre profissionais e usuários. Práticas como a escuta qualificada e o acolhimento favorecem a construção de vínculo entre a equipe de saúde e o paciente, elemento essencial para a continuidade do cuidado. Esse vínculo contribui para o aumento da confiança nos serviços de saúde, aprimora a comunicação e possibilita uma compreensão mais ampla das condições de vida do paciente, influenciando positivamente a condução terapêutica. O presente estudo tem como objetivo analisar a importância da comunicação humanizada na enfermagem, com ênfase na escuta qualificada e no acolhimento no cuidado em saúde. Quanto à metodologia aplicada, optou-se por uma pesquisa do tipo exploratória por meio de levantamento bibliográfico, artigos científicos, monografias e livros. O estudo foi estruturado em três abordagens principais, sendo a primeira relacionada à importância da comunicação humanizada na enfermagem, a segunda voltada para a relevância da escuta qualificada e do acolhimento no fortalecimento do vínculo entre profissional e paciente, e a terceira destinada aos impactos da humanização na qualidade da assistência e nos resultados clínicos em saúde. A humanização está associada à melhoria dos resultados clínicos e da qualidade da assistência, ao promover uma abordagem integral que considera fatores biológicos, psicológicos e sociais no processo de cuidado. Essa perspectiva ampliada favorece diagnósticos mais precisos e intervenções mais eficazes, além de aumentar a adesão ao tratamento. Pacientes que se sentem acolhidos tendem a seguir adequadamente as orientações profissionais, reduzindo complicações e agravamentos de doenças. A escuta qualificada, entendida como a capacidade de ouvir atentamente e interpretar as demandas do paciente, exerce influência direta no processo de cuidado, promovendo maior satisfação e confiança nos serviços de saúde. O acolhimento também impacta positivamente os resultados clínicos, ao possibilitar a identificação precoce de sinais de agravamento das condições de saúde. Por fim, destaca-se que a integração entre humanização,

acolhimento e escuta qualificada contribui para a promoção da equidade e ampliação do acesso aos serviços de saúde, respeitando as singularidades dos indivíduos. Conclui-se que o investimento nessas práticas qualifica o cuidado, fortalece a sustentabilidade do sistema de saúde e contribui para a melhoria dos indicadores de saúde da população.

**Palavras chave:** Acolhimento; Escuta qualificada; Saúde; Humanização.

## CUIDADO INCLUSIVO: ESTRATÉGIAS DE ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Jeuziane Duarte Lamim[1]; Taysa da Silva Lyra[1]; Ana Caroline Barreto Fernandes[1]; Caique Figueredo de Oliveira[1]; Daiana da Silva[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Enfermagem

**Resumo:** A assistência de enfermagem à pessoa com deficiência requer estratégias específicas que assegurem um cuidado integral, humanizado e individualizado, considerando as necessidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais de cada paciente. O presente estudo teve como objetivo analisar as estratégias de enfermagem no atendimento à pessoa com deficiência, destacando práticas que favoreçam a inclusão, a autonomia e a qualidade da assistência prestada. Quanto à metodologia aplicada, optou-se por uma pesquisa do tipo exploratória por meio de levantamento bibliográfico, artigos científicos, monografias e livros. O estudo foi estruturado em quatro tópicos, sendo o primeiro referente à Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) no cuidado à pessoa com deficiência, o segundo relacionado às estratégias de comunicação adaptada no atendimento inclusivo, o terceiro voltado à promoção da autonomia, educação em saúde e atuação multiprofissional, e o quarto abordando a importância da capacitação contínua da equipe de enfermagem para uma assistência inclusiva e humanizada. A pesquisa evidenciou que a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) constitui importante ferramenta para a identificação das necessidades específicas dos pacientes, permitindo um planejamento assistencial individualizado. Observou-se ainda que estratégias de comunicação adaptada, como o uso de linguagem simples, recursos visuais, comunicação alternativa e conhecimento básico em Libras, contribuem significativamente para a segurança do paciente, fortalecimento do vínculo terapêutico e adesão ao tratamento. Além disso, verificou-se que intervenções relacionadas à promoção da autonomia, educação em saúde, prevenção de riscos e atuação multiprofissional favorecem a oferta de um cuidado mais inclusivo e resolutivo. Outro aspecto relevante identificado foi a necessidade de capacitação contínua da equipe de enfermagem, por meio da educação permanente, visando o desenvolvimento de competências técnicas e humanas voltadas à assistência inclusiva. Conclui-se que a implementação de estratégias de enfermagem no atendimento à pessoa com deficiência é indispensável para garantir a

efetivação dos princípios da equidade e integralidade do Sistema Único de Saúde, contribuindo para uma assistência ética, segura, qualificada e centrada nas necessidades do paciente.

**Palavras-chave:** Assistência de Enfermagem; Inclusão; Pessoa com Deficiência; Saúde Pública.

## SAÚDE MENTAL E INCLUSÃO SOCIAL: SUPERANDO O PRECONCEITO

Jeuziane Duarte Lamim[1]; Beatriz Simões de Castro[1]; Emilly Reis de Oliveira[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Enfermagem

**Resumo:** A saúde mental tem se consolidado como um tema de grande relevância na sociedade contemporânea, estando diretamente relacionada ao bem-estar individual e às condições sociais em que o indivíduo está inserido. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre saúde mental e inclusão social, destacando os impactos do preconceito e apontando estratégias para sua superação. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, baseada em documentos e publicações de instituições como a Organização Mundial da Saúde, a Organização Pan-Americana da Saúde e o Ministério da Saúde. O estudo foi estruturado em três tópicos, sendo o primeiro referente à relação entre saúde mental e inclusão social, o segundo abordando os impactos do preconceito e da exclusão social nos indivíduos com transtornos mentais, e o terceiro destacando estratégias inclusivas e a importância da atuação dos profissionais de enfermagem na promoção do cuidado integral. Os resultados evidenciam que o estigma associado aos transtornos mentais contribui significativamente para a exclusão social, dificultando o acesso ao tratamento e agravando o sofrimento psicológico. Além disso, fatores como a desvalorização do cuidado em saúde mental, limitações na infraestrutura dos serviços, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e desafios na efetivação de políticas públicas também influenciam negativamente esse cenário. Destaca-se, ainda, a importância da inclusão social e da promoção da saúde mental entre profissionais da área da saúde, especialmente da enfermagem, como forma de fortalecer o cuidado integral. Conclui-se que a superação do preconceito e o fortalecimento de estratégias inclusivas são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa, acolhedora e comprometida com o bem-estar coletivo.

**Palavras-chave:** Saúde mental; Inclusão social; Preconceito; Enfermagem; Estigma.

## HUMANIZAÇÃO NO SUS: CUIDAR COM RESPEITO E EQUIDADE

Jeuziane Duarte Lamim[1]; Amanda Castro Mendes[1]; João Pedro Gomes de Araujo Silva[1]; Letícia Moreira Santos[1]; Maria Clara Bittencourte de Souza[1]; Pablo Zeus Bitencourte Campos Souto[1]; Rodrigo Machado Severino[1]; Thalita Gonçalves de Souza[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Enfermagem

**Resumo**: A humanização no cuidado em saúde constitui um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS), estando relacionada à promoção da equidade, inclusão e respeito à dignidade humana. A Política Nacional de Humanização (PNH), criada pelo Ministério da Saúde, propõe mudanças nos serviços de saúde por meio do acolhimento, da escuta qualificada e da valorização das relações entre profissionais e usuários. Nesse contexto, a enfermagem possui papel essencial, uma vez que os profissionais atuam diretamente na assistência e no acompanhamento contínuo dos pacientes, contribuindo para a construção de vínculos e para a efetivação do cuidado integral. O presente estudo teve como objetivo analisar a importância da humanização no SUS, destacando a atuação da enfermagem na promoção de práticas inclusivas, acessíveis e equitativas. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica em fontes digitais, incluindo artigos científicos, documentos do Ministério da Saúde e publicações acadêmicas relacionadas ao tema. Os resultados evidenciaram que a humanização vai além da realização de procedimentos técnicos, envolvendo aspectos éticos, sociais e emocionais fundamentais para a qualidade da assistência. Observou-se ainda que práticas como acolhimento, comunicação efetiva, empatia e escuta ativa favorecem a satisfação dos usuários e fortalecem a relação entre profissionais e pacientes. Entretanto, desafios como sobrecarga de trabalho, escassez de recursos e permanência de modelos mecanicistas ainda dificultam a consolidação de um cuidado humanizado nos serviços de saúde. Conclui-se que investir em educação permanente, reorganização dos processos de trabalho e fortalecimento da atenção primária são estratégias essenciais para promover a humanização no SUS e garantir uma assistência mais digna, resolutiva e centrada nas necessidades da população.

**Palavras-chave:** Acolhimento; Enfermagem; Equidade; Humanização; SUS.

# EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO COMUNITÁRIA NA ENFERMAGEM

Jeuziane Duarte Lamim[1]; Ana Clara Constante Pacheco[1]; Clara Soares Orçay[1]; Boniek Pereira Gomes[1]; Emanuelle Gomes Medeiros[1]; João Pedro da Costa Barros Barcelos[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Enfermagem

**Resumo:** A educação em saúde configura-se como um pilar fundamental na prática da enfermagem, atuando como um mecanismo transformador para a promoção da equidade e acessibilidade no cuidado, especialmente ao permitir que populações vulnerabilizadas desenvolvam autonomia sobre seu bem-estar. Este trabalho tem como objetivo analisar como as práticas pedagógicas desenvolvidas por enfermeiros podem romper barreiras sociais e facilitar o acesso universal aos serviços de saúde. Quanto à metodologia aplicada, optou-se por uma pesquisa do tipo exploratória por meio de levantamento bibliográfico, artigos científicos, monografias e livros. O estudo foi estruturado em três tópicos principais, sendo o primeiro voltado para a compreensão da educação em saúde como instrumento de inclusão comunitária, o segundo destinado à análise da atuação do enfermeiro nas práticas educativas e o terceiro relacionado aos impactos das estratégias de educação em saúde na promoção da equidade, acessibilidade e fortalecimento do vínculo entre profissionais e comunidade. As ações educativas desenvolvidas pela enfermagem contribuem significativamente para a prevenção de doenças, promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população. Observa-se também que a utilização de linguagem acessível favorece maior compreensão das orientações pelos usuários dos serviços de saúde. A atuação do enfermeiro como educador fortalece o vínculo entre os serviços de saúde e a comunidade, promovendo maior confiança e participação social. As práticas educativas podem ser realizadas em diferentes espaços, como unidades básicas de saúde, escolas, hospitais e ações comunitárias. Essas estratégias contribuem para estimular o autocuidado e ampliar o acesso às informações em saúde. Os resultados indicam que a carência de informações adaptadas a grupos específicos, como idosos e pessoas com deficiência, compromete a adesão aos tratamentos, evidenciando que estratégias educativas inclusivas democratizam o conhecimento técnico. Verificou-se ainda que práticas educativas humanizadas fortalecem o vínculo entre profissionais de enfermagem e comunidade, promovendo maior participação dos indivíduos no cuidado com a própria saúde. Conclui-se que a educação em saúde, quando aplicada de forma humanizada, funciona como uma ponte para a equidade, reduzindo disparidades e fortalecendo o vínculo entre o serviço de enfermagem e a comunidade.

**Palavras-chave:** Educação em Saúde; Inclusão Comunitária; Enfermagem; Equidade; Acessibilidade.

# ACESSIBILIDADE NOS SERVIÇOS DE SAÚDE: O QUE AINDA PRECISA MELHORAR?

Jeuziane Duarte Lamim[1]; Ediani Maria Martins de Mello[1]; Henrique Wagner dos Santos Nunes[1]; Leandro da Silva Costa[1]; Lucas da Silva Martins[1]; Movan Delfin Misael Junior[1]; Mateus Fernandes Ferreira[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Enfermagem

**Resumo:** A acessibilidade nos serviços de saúde constitui condição fundamental para garantir o direito ao atendimento digno, igualitário e de qualidade previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.080/1990. O presente trabalho teve como objetivo analisar a acessibilidade nos serviços de saúde, identificando as principais dificuldades enfrentadas pelos usuários e os aspectos que ainda precisam ser aprimorados para assegurar um atendimento equitativo. Fundamentado nos conceitos de Donabedian (1988) e Frenk (1985), o estudo aborda as barreiras de acesso classificadas em geográficas e socio-organizacionais. Quanto à metodologia aplicada, optou-se por uma pesquisa do tipo exploratória, realizada por meio de levantamento bibliográfico em artigos científicos, monografias, dissertações, teses, livros e documentos oficiais relacionados à temática. O trabalho foi estruturado em três tópicos: o primeiro aborda os conceitos de acessibilidade e sua importância para a garantia do direito à saúde; o segundo discute as principais barreiras geográficas e socio-organizacionais que dificultam o acesso aos serviços; e o terceiro apresenta estratégias e políticas voltadas à promoção da inclusão e da equidade no atendimento. A revisão da literatura evidenciou que fatores como distância das unidades de saúde, transporte inadequado, ausência de rampas e banheiros adaptados, dificuldades de comunicação e longos tempos de espera comprometem a qualidade da assistência prestada à população, especialmente às pessoas com deficiência. Conclui-se que, apesar dos avanços promovidos pelas políticas públicas de saúde, ainda existem desafios significativos para a efetivação da acessibilidade plena nos serviços de saúde. Destaca-se o papel essencial da enfermagem no acolhimento, na identificação das barreiras de acesso e na promoção de um cuidado humanizado, inclusivo e comprometido com os princípios da equidade.

**Palavras-chave:** Saúde; Acessibilidade; Enfermagem; Equidade.

# IDENTIDADE DE GÊNERO E INCLUSÃO: A MULHER TRANS NA ENFERMAGEM

Me. Carlos Alberto de Souza Silva[1]; Brenda Rodrigues da Silva Pedra[1]; Giovana Fernandes Castilho[1]; Igor Domingues Pegoraro[1]; Kaylane Vasconcelos de Oliveira[1]; Luciano Reis Corrêa[1]; Millena Miguez Reder[1]; Samara Lopes Evangelista[1]; Sandro Costa Meirelles[1]; Victoria Guimarães do Nascimento[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Enfermagem

**Resumo:** A identidade de gênero e a inclusão da população trans no sistema de saúde constituem temas de grande relevância na atualidade, especialmente no contexto da enfermagem, área que desempenha papel essencial no cuidado direto e contínuo aos usuários dos serviços de saúde. A mulher trans, definida como aquela que se identifica com o gênero feminino apesar de ter sido designada como do sexo masculino ao nascimento, ainda enfrenta inúmeras barreiras sociais e institucionais que dificultam seu acesso pleno e digno aos serviços de saúde, bem como sua inserção no mercado de trabalho, inclusive na própria enfermagem. Este estudo tem como objetivo analisar o papel da enfermagem na promoção do acolhimento, da inclusão e da equidade no atendimento às mulheres trans, tanto enquanto profissionais da área quanto como usuárias do sistema de saúde. Justifica-se pela necessidade de enfrentar práticas discriminatórias ainda presentes no ambiente hospitalar e acadêmico, como a transfobia institucional, o desrespeito ao uso do nome social, a invisibilidade dessa população e a falta de preparo dos profissionais para lidar com a diversidade de gênero. Trata-se de uma revisão de literatura, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos, livros e documentos oficiais, permitindo uma reflexão crítica acerca da temática. Os resultados evidenciam que a enfermagem pode atuar tanto como barreira quanto como facilitadora no processo de cuidado, dependendo das práticas adotadas pelos profissionais. Quando há ausência de capacitação e sensibilidade, o cuidado pode se tornar excludente e discriminatório; por outro lado, quando pautado na ética, no respeito e na humanização, contribui significativamente para a promoção da saúde e da dignidade humana. Destaca-se ainda a importância da implementação de políticas públicas e institucionais inclusivas, bem como da inserção de conteúdos relacionados à diversidade de gênero na formação acadêmica dos profissionais de saúde. Conclui-se que o fortalecimento de práticas humanizadas, o respeito à identidade de gênero e a valorização do nome social são fundamentais para garantir um atendimento mais justo, igualitário e de qualidade, sendo a enfermagem peça-chave na construção de um sistema de saúde mais inclusivo e acolhedor.

**Palavras-chave:** Enfermagem; Inclusão; Identidade de gênero; Mulher trans; Humanização.

## ASSÉDIO E VIOLÊNCIA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Me. Carlos Alberto de S. Silva[1]; Bruna Ferreira da Silva[1]; Gabriela da Conceição Nascimento[1]; Lara da Silva Curty[1]; Lorena Ferreira dos Santos Sales[1]; Samyle Yasmim Santos de Oliveira[1]; Thayan Ferreira de Azevedo Ávila[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Enfermagem

**Resumo:** A violência no ambiente de trabalho pode ser compreendida como qualquer ação que cause danos físicos, psicológicos ou morais ao trabalhador, comprometendo sua segurança, saúde e bem-estar. Esse fenômeno tem

crescido significativamente e não se restringe à Enfermagem, sendo uma realidade global presente em diferentes contextos profissionais. No ambiente laboral, o assédio moral destaca-se como uma prática recorrente, caracterizada pela repetição intencional de comportamentos que afetam a saúde psicológica do trabalhador. Ele pode ocorrer de forma vertical, horizontal ou mista, envolvendo relações entre superiores, subordinados e colegas. Diferente de conflitos isolados, trata-se de uma conduta contínua, com o objetivo de desestabilizar emocionalmente a vítima e prejudicar o ambiente organizacional. Na Enfermagem, esse problema assume maior complexidade devido às relações de poder e às questões de gênero, evidenciando-se tanto em interações interpessoais quanto em práticas institucionais abusivas. As manifestações incluem isolamento, críticas excessivas, constrangimentos e até assédio sexual. Além disso, a direcionalidade dessas práticas pode variar, ocorrendo entre diferentes níveis hierárquicos ou até mesmo de forma coletiva contra um indivíduo. O enfrentamento do assédio exige a adoção de medidas baseadas em legislações e normas vigentes, com a implementação de protocolos institucionais e canais de denúncia eficazes. O registro de evidências pelas vítimas também é fundamental para combater a impunidade. Diante desse cenário, torna-se essencial analisar os impactos da violência e do assédio, especialmente sobre as mulheres na Enfermagem, promovendo a conscientização e o desenvolvimento de estratégias que garantam ambientes de trabalho mais seguros, éticos e respeitosos. Nesse sentido, destacam-se como objetivos identificar as principais formas de assédio, compreender sua manifestação no ambiente hospitalar, avaliar a eficácia dos mecanismos de proteção existentes e propor ações que contribuam para a transformação da cultura organizacional, preservando a saúde mental e a dignidade das profissionais.

**Palavras-chave:** Ambiente; Assédio; Enfermagem.

## O “TETO DE VIDRO” NA GESTÃO HOSPITALAR

Me. Carlos Alberto de Souza Silva[1]; Gabrielle da Costa Nascimento[1]; Gisele dos Santos[1]; Inácio Moura Barrias da Silva[1]; Lucas Maurilio de Carvalho Figueredo[1]; Lázaro Rodrigues Penna[1]; Rhaquel Marques Franco Bandeira[1]; Tiago Goulart Cruz[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Enfermagem

**Resumo:** O trabalho analisa o fenômeno do “teto de vidro” na gestão hospitalar, entendido como uma barreira invisível que dificulta a ascensão de mulheres a cargos de alta liderança, mesmo sendo maioria na força de trabalho da saúde, especialmente na enfermagem. Apesar dos avanços históricos na inserção feminina no mercado de trabalho, intensificados a partir das Guerras

Mundiais, ainda persistem desigualdades estruturais que limitam o acesso das mulheres a posições de poder. O estudo destaca que o patriarcado, enquanto sistema histórico e social, contribui para a manutenção dessas desigualdades, reforçando estereótipos de gênero e a ideia de liderança associada a características masculinas. Além disso, fatores como a sobrecarga do trabalho doméstico e a menor participação em redes de apoio e mentoria impactam diretamente a progressão profissional feminina. Dados evidenciam essa disparidade, mostrando a baixa presença de mulheres em cargos de direção. No contexto da enfermagem, a limitação da ascensão profissional está associada a fatores institucionais, culturais e de gênero, como estruturas hierárquicas rígidas, desvalorização da categoria e ausência de políticas de incentivo à liderança. Soma-se a isso a divisão sexual do trabalho, que dificulta a conciliação entre vida profissional e pessoal. O trabalho também ressalta a importância da liderança feminina na gestão hospitalar, destacando que a presença de mulheres em cargos decisórios contribui para maior diversidade, melhores resultados organizacionais e uma assistência mais humanizada. Por fim, conclui-se que a superação do teto de vidro exige mudanças estruturais e culturais, com valorização da enfermagem, promoção da equidade de gênero e incentivo à formação de lideranças femininas, visando uma gestão mais justa, inclusiva e eficiente nos serviços de saúde.

**Palavras chave:** Enfermagem, Gestão hospitalar e Teto de vidro.

# "INVISÍVEL" DUPLA JORNADA: TRABALHO DOMÉSTICO E PLANTÃO NA ENFERMAGEM

Me. Carlos Alberto de S. Silva[1]; Herica Victoria dos Santos Gonçalves[1]; Jamilly Pereira Ramos[1]; Lívia Ferreira Machado[1]; Maria Eduarda Fagundes Constâncio[1]; Monik Aparecida de Lima Guimarães[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Enfermagem

**Resumo**: A inserção da mulher no mercado de trabalho representou um importante avanço social, especialmente em áreas como a enfermagem, historicamente composta por profissionais do sexo feminino. No entanto, essa conquista não foi acompanhada por uma redistribuição equitativa das responsabilidades domésticas, resultando na sobrecarga feminina por meio da chamada dupla jornada de trabalho. O presente estudo tem como objetivo compreender a realidade da dupla jornada invisível vivenciada por mulheres na enfermagem, considerando a conciliação entre o trabalho em regime de plantão, caracterizado por longas jornadas, elevada demanda física e intenso desgaste emocional, e as atividades domésticas e familiares não remuneradas. Trata-se de uma pesquisa de caráter teórico, baseada em revisão bibliográfica, que aborda a divisão sexual do trabalho, a feminização da enfermagem, a

dupla jornada e seus impactos na saúde das profissionais. Evidencia-se que a construção histórica de papéis de gênero contribuiu para a naturalização da responsabilidade feminina pelo cuidado do lar, tornando invisível o trabalho doméstico. No contexto da enfermagem, essa realidade é agravada pelas exigências da profissão, como plantões prolongados, múltiplos vínculos empregatícios e alta carga emocional. Os resultados apontam que a sobreposição de funções impacta diretamente a saúde física e mental das profissionais, favorecendo o desenvolvimento de estresse, fadiga, distúrbios do sono e, principalmente, a Síndrome de Burnout, caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização profissional. Além disso, observa-se que o desgaste decorrente da dupla jornada pode comprometer a qualidade da assistência prestada, aumentando o risco de erros, afastamentos e queda no desempenho profissional. Conclui-se que a dupla jornada na enfermagem se configura como um fenômeno estrutural, associado às desigualdades de gênero ainda presentes na sociedade. Torna-se fundamental a implementação de estratégias institucionais que promovam melhores condições de trabalho, suporte à saúde mental e valorização profissional, bem como o incentivo a mudanças sociais que favoreçam maior equidade na divisão das responsabilidades domésticas. Dessa forma, será possível contribuir para a melhoria da qualidade de vida das profissionais e da assistência em saúde.

**Palavras-chave**: Burnout; Enfermagem; Gênero; Saúde do trabalhador; Trabalho doméstico

## O LEGADO DE FLORENCE E A FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO

Me. Carlos Alberto de S. Silva[1]; Carina Mattos Paiva[1]; Deivt Junior dos Santos Ferreira[1]; Elias Rangel Bairral[1]; Jussara de Souza Barbosa[1]; Laura Barreto da Costa Rodrigues[1]; Lúcia Helena Rodrigues Henriques[1]; Nayra Silva Oliveira Sanches[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Enfermagem

**Resumo**: A consolidação da enfermagem moderna encontra-se diretamente associada à figura de Florence Nightingale (1820-1910), cuja atuação durante a Guerra da Crimeia promoveu transformações significativas na organização hospitalar, nas práticas de higiene e na utilização da estatística como instrumento de análise em saúde. Entretanto, paralelamente à sua contribuição científica, construiu-se uma narrativa simbólica que reforçou a imagem da enfermagem como uma profissão baseada na abnegação, caridade e vocação feminina. Essa construção histórica contribuiu para a feminização do cuidado, associando a prática da enfermagem a características socialmente atribuídas às mulheres, como sensibilidade e espírito de serviço, o que favoreceu a desvalorização da profissão enquanto atividade técnico-científica. Este estudo tem como objetivo analisar como a romantização da enfermagem pode ocultar

a precarização das condições de trabalho e dificultar a luta por melhores salários, incluindo a implementação do piso salarial da categoria. Trata-se de uma revisão teórico-reflexiva baseada em literatura científica sobre história da enfermagem, estudos de gênero e valorização profissional. A discussão evidencia que a divisão sexual do trabalho contribuiu para consolidar a percepção do cuidado como uma habilidade natural feminina, quando, na realidade, trata-se de uma competência técnica desenvolvida por meio de formação acadêmica, raciocínio clínico e prática profissional baseada em evidências. Observa-se ainda que a romantização da profissão pode contribuir para a naturalização de jornadas exaustivas, justificar baixos salários, invisibilizar o desgaste físico e emocional dos profissionais e enfraquecer movimentos reivindicatórios. Durante a pandemia de COVID-19, essa contradição tornou-se evidente, uma vez que os profissionais de enfermagem foram amplamente reconhecidos como heróis, porém continuaram enfrentando condições de trabalho precárias. No contexto brasileiro, a criação do Piso Salarial da Enfermagem representou um avanço importante na valorização da categoria, embora sua implementação tenha enfrentado desafios políticos e institucionais. Conclui-se que o cuidado deve ser compreendido como uma competência técnica, ética e científica, e não como uma habilidade biológica feminina. O reconhecimento dessa perspectiva é essencial para fortalecer a identidade profissional da enfermagem e promover sua valorização social, econômica e política.

**Palavras-chave:** Enfermagem; Feminização do cuidado; Piso salarial; Valorização profissional.

## A ATUAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE: ENSINO DE PRIMEIROS SOCORROS PARA QUEIMADURAS E HEMORRAGIAS

Paloma Chrispim[1]; Christian Granito[1]; Gustavo de Freitas[1]; Igor Apolinário[1]; Marcos Paulos Vieira[1]; Raiane Ferreira[1]; Ramon Ferreira[1]; Vitória Mendonça[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Graduação em Enfermagem

**Resumo:** A educação em saúde é uma ferramenta estratégica de extrema relevância para a prevenção de agravos e promoção do bem-estar biopsicossocial na comunidade. A inserção de tais práticas no ambiente escolar destaca-se como uma oportunidade ímpar, pois atinge um público capaz de atuar como multiplicador de conhecimento familiar. O presente trabalho tem como objetivo principal relatar a atuação de acadêmicos e da equipe de enfermagem na estruturação e condução de instruções de primeiros socorros, com ênfase no manejo inicial de queimaduras e hemorragias, voltado para crianças e adolescentes. A metodologia baseou-se no delineamento de

um projeto educativo com abordagem participativa. O desenvolvimento focou na criação de materiais lúdicos e abordagens pedagógicas adaptadas, utilizando metodologias ativas e simulações práticas para traduzir o conhecimento técnico-científico da enfermagem em uma linguagem acessível. A intervenção englobou desde a explicação das condutas imediatas de socorro, como o resfriamento de áreas queimadas com água corrente e a aplicação de compressão direta em sangramentos, até a desmistificação de práticas do senso comum, como o uso de substâncias caseiras que podem agravar as lesões. Como resultados e discussão, observou-se um alto grau de engajamento dos alunos. A capacitação leiga no ambiente escolar permite intervenções precoces e seguras pelos primeiros respondentes, auxiliando na estabilização da vítima até a chegada do serviço médico de emergência. Ademais, a vivência proporcionou aos acadêmicos o aprimoramento de suas habilidades de comunicação, ratificando o papel do enfermeiro como educador. Conclui-se que a inserção da enfermagem no ensino básico, por meio da educação em saúde, transcende a assistência hospitalar e reforça o compromisso social da profissão, empoderando os estudantes como agentes de prevenção para lidar com intercorrências emergenciais.

**Palavras-chave:** Enfermagem; Hemorragia; Queimadura.

## DESMAIO E CONVULSÃO: PRIMEIROS SOCORROS E CUIDADOS IMEDIATOS

Paloma Chrispim[1]; Isadora Antunes Chapim de Souza[1]; Kethely Magalhães da Rocha[1]; Nicolly da Silva Pinheiro[1]; Rodrigo de Melo Fíngolo[1]; Roger Cardoso da Silva[1]; Thamires de Souza Sorrentino[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Graduação em Enfermagem

**Resumo:** O desmaio e a convulsão são situações de emergência que podem ocorrer em diferentes ambientes e exigem atendimento rápido e adequado para evitar complicações. Diante da importância do conhecimento em primeiros socorros, este trabalho teve como objetivo orientar e conscientizar a população sobre as condutas corretas diante desses eventos. A metodologia consistiu em uma ação educativa realizada em uma creche, por meio de orientações e esclarecimentos sobre os cuidados imediatos em casos de desmaio e convulsão, utilizando linguagem acessível e informações baseadas em materiais científicos e cartilhas de saúde. Durante a atividade, observou-se que muitos participantes apresentavam dúvidas sobre os procedimentos adequados, especialmente em relação ao manejo das crises convulsivas, sendo frequentes concepções equivocadas, como colocar objetos na boca da vítima ou tentar contê-la fisicamente. Após as orientações, verificou-se maior

compreensão dos participantes acerca das medidas corretas de primeiros socorros, como proteger a vítima de possíveis lesões, manter a calma, observar a duração da crise e acionar atendimento especializado quando necessário. Os achados observados estão de acordo com a literatura científica, que destaca a educação em saúde como estratégia fundamental para ampliar o conhecimento da população e promover maior segurança em situações de emergência. Conclui-se que ações educativas sobre primeiros socorros contribuem para a prevenção de condutas inadequadas e para a melhoria da assistência prestada até a chegada do atendimento profissional.

**Palavras chave:** Atendimento; Convulsão; Desmaio; Emergência; Primeiros socorros.

# DO CUIDADO AOS PRIMEIROS SOCORROS: A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO E CAPACITAÇÃO NOS CASOS DE ENGASGO EM CRIANÇAS

Paloma Chrispim[1]; Bruna Santos[1]; Isabella Maceió[1]; Júlia Hermsdorff[1]; Kellety Andrade[1]; Mariana Gabry[1]; Maria Clara Pegorim[1]; Maria Fernanda Barros[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Enfermagem

**Resumo:** A obstrução das vias aéreas por corpo estranho em crianças constitui um importante problema de saúde pública, sendo uma das principais causas de acidentes e óbitos infantis evitáveis. A maior vulnerabilidade das crianças, especialmente nos primeiros anos de vida, está relacionada às características anatômicas e comportamentais próprias dessa fase, o que reforça a necessidade de prevenção e intervenção rápida diante de episódios de engasgo. O presente estudo teve como objetivo analisar como a falta de conhecimento sobre as causas do engasgo e sobre as medidas adequadas de primeiros socorros contribui para o aumento de casos e óbitos relacionados à obstrução das vias aéreas. Trata-se de um estudo teórico, descritivo, com abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica em artigos científicos, publicações em revistas e materiais acadêmicos relacionados à temática. A análise dos estudos evidenciou que o engasgo permanece entre as principais causas de morte acidental em crianças menores de cinco anos, sendo os lactentes o grupo mais vulnerável. O estudo também teve sua parte prática em uma ação extensionista, onde fomos à uma creche local ensinar e ajudar sobre como lidar em casos de engasgo, já que grande parte dos episódios ocorre durante a alimentação, que faz parte do cotidiano dessas instituições, e que a ausência de supervisão adequada, associada ao desconhecimento dos responsáveis sobre os procedimentos corretos de primeiros socorros, contribui significativamente para a gravidade dos casos. Observamos que os resultados também demonstraram que treinamentos e capacitações voltados à identificação precoce dos sinais de obstrução e à aplicação correta das manobras de desengasgo aumentam a segurança e a

eficácia das intervenções em situações de emergência. Conclui-se que a obstrução das vias aéreas por corpo estranho em crianças representa um evento grave e potencialmente fatal, sendo fundamental investir em ações educativas e programas de capacitação para pais, cuidadores e profissionais da educação e da saúde, promovendo a prevenção de acidentes e a redução da mortalidade infantil relacionada ao engasgo.

**Palavras chaves:** Crianças; Engasgo; Obstrução das vias aéreas; Prevenção; Primeiros socorros.

## BRINCAR TAMBÉM É INCLUIR: A IMPORTÂNCIA DAS BRINCADEIRAS INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Paloma Chrispim[1]; Ana Carolina Corrêa de Azevedo da Silva[1]; Arthur Bernardo[1]; Filipe da Silva Mello Chapim[1]; Gabriel Rôla Zanata[1]; Gustavo de Oliveira Fonseca[1]; Jorge Henrique Constâncio da Rocha Junior[1]; Murilo José Reis Verdan[1]; Renan Pereira da Silva[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Fisioterapia

**Resumo:** O brincar é reconhecido como um importante instrumento para o desenvolvimento infantil, favorecendo habilidades motoras, cognitivas, emocionais e sociais, além de contribuir para a construção da autonomia e das relações interpessoais. Quando adaptadas às necessidades individuais, as atividades lúdicas tornam-se estratégias fundamentais para promover a inclusão de crianças com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), estimulando sua participação ativa em diferentes contextos. O presente trabalho teve como objetivo promover a conscientização sobre a importância das brincadeiras inclusivas como ferramenta de desenvolvimento e inclusão social, por meio de uma ação extensionista realizada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). A pesquisa caracterizou-se como um relato de experiência, desenvolvido a partir de revisão bibliográfica, visita técnica à instituição, observação das práticas pedagógicas e participação em atividades conduzidas com crianças com TEA. Além disso, foram planejados e executados circuitos de brincadeiras inclusivas e elaborados materiais educativos voltados à conscientização sobre o autismo. A vivência proporcionou aos acadêmicos a integração entre teoria e prática, permitindo compreender a importância do trabalho interdisciplinar, do respeito às diferenças e da adaptação das atividades às necessidades de cada criança. Observou-se que as ações favoreceram maior interação social, participação nas atividades e fortalecimento do vínculo entre os estudantes, os profissionais da instituição e os participantes. Conclui-se que o brincar constitui um recurso essencial para a promoção da inclusão e do desenvolvimento integral, reforçando o papel das ações extensionistas na formação humanizada dos

futuros fisioterapeutas e no fortalecimento da relação entre universidade e comunidade.

**Palavras-chave:** Inclusão; Transtorno do Espectro Autista; Brincadeiras.

## TERAPIA OCUPACIONAL NA PRÁTICA INCLUSIVA: AÇÃO EDUCATIVA E OFICINA TERAPÊUTICA PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Paloma Chrispim[1]; Anderson[1]; Cecília Gonçalves[1]; Cristiana Vidipó Almeida Val[1]; Márcia Ribeiro Lemos[1]; Mayara Gonçalves[1]; Mariana Leite[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Terapia Ocupacional

**Resumo:** A Terapia Ocupacional desempenha papel fundamental na promoção da autonomia, da funcionalidade e da participação social de crianças, utilizando atividades significativas para estimular habilidades motoras, cognitivas, sensoriais e emocionais. Nesse contexto, ações extensionistas representam uma importante estratégia para aproximar a universidade da comunidade, promovendo educação em saúde e fortalecendo o cuidado compartilhado entre profissionais, familiares e usuários. O presente trabalho teve como objetivo ampliar o conhecimento sobre a atuação da Terapia Ocupacional no desenvolvimento infantil, por meio de uma ação educativa e da realização de uma oficina terapêutica na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Trata-se de um relato de experiência desenvolvido durante atividade extensionista, envolvendo visita técnica à instituição, apresentação educativa sobre o papel do terapeuta ocupacional e execução de uma oficina utilizando prendedores de roupa e pompons como recursos terapêuticos de baixo custo. Além das atividades práticas com as crianças, familiares e cuidadores receberam orientações para reproduzir os estímulos no ambiente domiciliar, favorecendo a continuidade do processo terapêutico. A experiência possibilitou aos acadêmicos integrar conhecimentos teóricos e práticos, desenvolvendo competências relacionadas ao planejamento de atividades, comunicação, trabalho em equipe e atuação humanizada. Observou-se que a utilização de recursos simples favoreceu o desenvolvimento da coordenação motora fina, atenção, concentração, planejamento motor e participação das crianças nas atividades propostas, além de ampliar o conhecimento das famílias sobre estratégias de estimulação acessíveis. Conclui-se que a ação extensionista fortaleceu a integração entre universidade, instituição e comunidade, evidenciando que intervenções educativas e oficinas terapêuticas constituem ferramentas eficazes para promover o desenvolvimento infantil, incentivar a participação familiar e contribuir para a inclusão e a qualidade de vida das crianças atendidas.

**Palavras-chave:** Terapia Ocupacional; Desenvolvimento Infantil; Inclusão

# A MASSINHA À ESCRITA: ATIVIDADES LÚDICAS COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO MOTOR E COGNITIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Paloma Chrispim[1]; Alessandra Rocha do Prado[1]; Eric Silva Telhado[1]; Jhones Oliveira Barboza[1]; Kauany Vitória Oliveira Martins[1]; Livia Ruiz Cortat[1]; Maisa Toledo Hipólito[1]; Patryck Padovani da Costa Silva[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Fisioterapia

**Resumo:** O desenvolvimento da coordenação motora fina durante a infância constitui um fator essencial para a aquisição de habilidades relacionadas à escrita, à autonomia e ao processo de aprendizagem. Nesse contexto, atividades lúdicas representam importantes recursos pedagógicos, pois estimulam o desenvolvimento cognitivo, motor, sensorial e social de forma significativa, favorecendo a participação de todas as crianças, inclusive daquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O presente trabalho teve como objetivo promover o desenvolvimento infantil por meio de uma oficina educativa utilizando massinha caseira comestível, associada à contação de histórias e à exploração das cores, contribuindo para o fortalecimento da coordenação motora fina e da aprendizagem na Educação Infantil. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido em uma escola pública, envolvendo crianças de 4 a 7 anos de idade. A atividade foi iniciada com a contação da história *Pequeno Azul e Pequeno Amarelo*, seguida da confecção da massinha e da experimentação da mistura de cores utilizando corantes alimentícios. Posteriormente, as crianças realizaram atividades de modelagem, estimulando movimentos de pinça, manipulação manual, criatividade e interação social. A experiência proporcionou elevada participação das crianças, despertando interesse pela descoberta de novas cores e favorecendo o desenvolvimento de habilidades importantes para o processo de alfabetização, como força muscular das mãos, coordenação motora fina e planejamento motor. Além disso, a proposta fortaleceu práticas pedagógicas inclusivas, promovendo um ambiente acolhedor, colaborativo e respeitoso às diferenças individuais. Conclui-se que atividades lúdicas de baixo custo, quando planejadas de forma intencional, constituem estratégias eficazes para estimular o desenvolvimento integral das crianças, contribuindo para a aprendizagem, a inclusão e a construção de experiências significativas no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Coordenação motora fina; Educação Infantil; Atividades lúdicas; Desenvolvimento da escrita.

# CIRCUITO MOTOR INCLUSIVO: ESTRATÉGIAS FISIOTERAPÊUTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO MOTOR E A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Paloma Chrispim[1]; Alice Maria Panisset Moraes[1]; Itallo Brandão do Rosário[1]; Letícia Gomes Brum[1]; Michelly Eduarda Leon Silva[1]; Paulo César Almeida Benedito[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Fisioterapia

**Resumo:** O desenvolvimento motor na infância está diretamente relacionado à participação da criança em atividades que favoreçam a aquisição de habilidades funcionais, a interação social e a autonomia. Em crianças com deficiência, especialmente aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e alterações do neurodesenvolvimento, estratégias fisioterapêuticas baseadas em atividades lúdicas podem contribuir significativamente para o aprimoramento da coordenação motora, do equilíbrio e da funcionalidade. O presente trabalho teve como objetivo promover o desenvolvimento motor e a participação ativa de crianças atendidas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), por meio da realização de um circuito motor inclusivo. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido durante uma ação extensionista, estruturada em estações adaptadas de atividades, incluindo caminhada em percurso de equilíbrio, circuito com obstáculos, arremesso funcional, túnel sensorial e jogos em dupla, respeitando as necessidades e potencialidades de cada participante. Como complemento à ação, foi elaborada uma cartilha educativa destinada a familiares e cuidadores, contendo orientações para estimular o movimento e favorecer a inclusão no ambiente domiciliar. A experiência proporcionou aos acadêmicos o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento de intervenções, adaptação de atividades, trabalho em equipe e atuação humanizada. Observou-se que o circuito favoreceu a participação das crianças nas atividades propostas, estimulando habilidades motoras, interação social e maior envolvimento durante as tarefas. Conclui-se que a utilização de circuitos motores inclusivos representa uma estratégia eficaz para estimular o desenvolvimento global de crianças com deficiência, fortalecendo sua autonomia, participação social e qualidade de vida, além de contribuir para a formação prática e crítica dos futuros fisioterapeutas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento motor; Coordenação motora; Inclusão; Equilíbrio.

## EMPATIA E CONVIVÊNCIA: DESENVOLVENDO HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS POR MEIO DE ATIVIDADES LÚDICAS

Paloma Chrispim[1]; Andressa Moreira[1]; Carollyne Rodrigues[1]; Clara Diniz[1]; Jéssica Ribeiro[1]; Lívia Zanco[1]; Milena Schuenck[1]; Vitória Abreu[1]; Ysadora Duarte[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Terapia Ocupacional

**Resumo:** O desenvolvimento das habilidades socioemocionais durante a infância é essencial para a construção de relações interpessoais saudáveis,

favorecendo o respeito às diferenças, a cooperação e a convivência em grupo. Nesse contexto, atividades lúdicas representam importantes estratégias para estimular a expressão das emoções, fortalecer vínculos sociais e promover experiências significativas de aprendizagem. O presente trabalho teve como objetivo desenvolver a empatia e a convivência saudável entre crianças da Educação Infantil por meio de uma oficina participativa realizada em uma escola municipal. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido com crianças de cinco a seis anos de idade, envolvendo uma roda de conversa sobre emoções e respeito ao próximo, seguida da confecção e manipulação de *squishys* produzidos com bexigas e amido de milho. A atividade possibilitou que os participantes explorassem diferentes estímulos sensoriais enquanto refletiam sobre sentimentos, cooperação e interação social. A experiência favoreceu o desenvolvimento da coordenação motora fina, da criatividade, da percepção sensorial e das habilidades comunicativas, além de estimular o reconhecimento e a expressão das emoções em um ambiente acolhedor e participativo. Observou-se elevada participação das crianças durante todas as etapas da oficina, com momentos de compartilhamento, colaboração e respeito mútuo entre os participantes. Para os acadêmicos, a ação proporcionou a integração entre teoria e prática, fortalecendo competências relacionadas à atuação da Terapia Ocupacional em contextos educacionais e ao desenvolvimento infantil. Conclui-se que atividades lúdicas voltadas às habilidades socioemocionais constituem ferramentas eficazes para favorecer a convivência, a inclusão e o desenvolvimento integral das crianças, contribuindo para a construção de ambientes escolares mais acolhedores e colaborativos.

**Palavras-chave:** Empatia; Habilidades socioemocionais; Desenvolvimento infantil; Terapia Ocupacional.

## AS DIRETRIZES DIAGNÓSTICAS E TERAPÊUTICAS DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Ofélia Machado Mansur[1]; Mirella Nepuceno[1]; Lia Mota[1]; Danielly Leite[1]; Paloma Lopes[1]; Lívia Garcia[1]; Kamila Lopes[1]; Maria Aparecida Ventura[1]; Mayane Oliveira[1]; Álvaro Medeiros[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Psicologia

**Resumo**: O Manual Diagnóstico Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição, Revisão de Textos (DSM-5-TR) foi atualizado por recomendação da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), da Sociedade Brasileira de Neurologia Infantil (SBNI) e da Sociedade Americana de Pediatria (AAP), para um diagnóstico mais eficaz e precoce. O DSM-5-TR unificou Asperger, Transtorno Desintegrativo e Transtorno Global de Desenvolvimento Sem Outra Especificação em Transtorno do Espectro Autista. Classificou em níveis de suporte 1, 2 e 3, descrevendo a quantidade de suporte necessário em comunicação social e comportamento repetitivos – não a gravidade intrínseca

do indivíduo. Incorporou hipo e hipersensibilidade sensorial como critério diagnóstico formal. É recomendado também uma avaliação multidisciplinar com o diagnóstico sendo realizado por equipe multiprofissional (pediatra, neurologista, psicólogo, fonoaudiólogo), evitando diagnóstico exclusivamente clínico-uniprofissional. A intervenção deve ser imediata já com a suspeita diagnóstica, pois quanto antes o início do tratamento, mais qualidade de vida para o paciente. Os métodos mais utilizados no tratamento do TEA e comprovados cientificamente são: ABA (Análise de Comportamento Aplicada) - suporte forte em comunicação e habilidades adaptativas, ESDM(Modelo Denver de Intervenção Precoce)- abordagem terapêutica comportamental voltada para crianças de 12 a 48 meses e a CAA(Comunicação Aumentativa e Alternativa); PECS(Sistema de comunicação por troca de figura)- estratégias usadas em pacientes não verbais, incluindo pranchas de símbolos e aplicativos ajudando na comunicação; e troca de figuras por itens desejados, também focados no desenvolvimento da comunicação. A partir da definição do tema, utilizou-se do conhecimento adquirido junto a disciplina, por meio de apresentações de trabalhos, agregando informações provenientes da revisão de literatura pertinente e de artigos científicos extraídos da internet. Este estudo teve como o objetivo o conhecimento sobre as novas diretrizes do Transtorno do Espectro Autista, as atualizações diagnósticas e terapêuticas. Ressalta-se a importância deste estudo dentro da área de Psicologia, pois por meio de estudos teóricos é possível proporcionar reflexões e conhecimentos a profissionais e alunos, bem como cumprir com a sua relevância social, em colaboração aos avanços nessa área da saúde. Com as novas diretrizes, houve uma unificação de três transtornos como transtorno de espectro autista, simplificando o diagnóstico. Classificou em três níveis de suporte, que é a intensidade de ajuda que uma pessoa com TEA necessita nas atividades diárias, como a comunicação e interação social. Para o diagnóstico formal, é necessária uma equipe multidisciplinar, para evitar erros na avaliação e no diagnóstico. E para resultados mais eficazes, diante da suspeita, é aconselhado a intervenção imediata, pois com o tratamento precoce o paciente tem a possibilidade de melhor qualidade de vida. Sendo o autismo um assunto cada vez mais em evidência e com estudos recentes para o entendimento do transtorno e a busca por tratamentos mais eficazes, estudar sobre as novas diretrizes merece destaque. No âmbito acadêmico, evidencia-se a necessidade de pesquisas e de atualização por parte dos profissionais e estudantes de psicologia por ser uma realidade clínica cada vez mais recorrente em consultórios terapêuticos.

**Palavras chave:** Autismo; Diagnóstico; Diretrizes; DSM-5-TR

# AUTISMO E REALIDADE: A VERDADE POR TRÁS DO ESPECTRO

Ofelia Machado Mansur[1]; Andressa Pinheiro[1]; Isadora Coelho[1]; Íris Machado[1]; Isabela Azevedo[1]; Lucas Borges[1]; Micaela Sanches[1]; Tatiana Aparecida[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Psicologia

**Resumo**: Falar sobre o autismo (Transtorno do Espectro Autista – TEA) exige uma compreensão de que não estamos falando de uma doença, mas de uma configuração neurológica atípica que impacta a comunicação, a interação social e o comportamento. Antigamente, o autismo era frequentemente cercado de invisibilidade e diagnósticos equivocados. Hoje, o autismo é entendido como um espectro. Isso significa que as características variam enormemente de pessoa para pessoa. O diagnóstico é feito mais cedo, permitindo intervenções que melhoram a qualidade de vida. As dificuldades advindas do autismo podem ser consideradas um estressor em potencial, podendo os pais sofrerem ou não os efeitos estressantes, a depender de outras variáveis que interagem, como por exemplo, a severidade das características da criança, a personalidade dos pais, a disponibilidade de recursos comunitários e sociais. Em uma família com uma criança autista, a infância é caracterizada pelo reconhecimento da deficiência, percepção do atraso na fala e de comportamentos incomuns. Após o diagnóstico, há a aceitação de uma trajetória de desenvolvimento atípico. Muitos pais deixam de trabalhar para coordenar o tratamento de seus filhos e podem enfrentar estresse relacionado com os comportamentos estereotipados, imprevisíveis e repetitivos de crianças autistas que muitas vezes limitam as possibilidades da família para atividades sociais e interrompem a rotina diária da família. Essa pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica. Foram consultadas publicações científicas em bases de dados como SciELO, BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) utilizando as palavras-chave: “autismo”, “Transtorno do Espectro Autista”, “Família”, “Realidade e Sociedade”. O presente estudo teve como objetivo analisar a realidade das famílias de crianças diagnosticadas com TEA, buscando compreender os desafios enfrentados no cotidiano, bem como ampliar o entendimento acerca do transtorno e de seus impactos no contexto familiar e social. Esta pesquisa apontou que o diagnóstico precoce do TEA ainda representa um desafio no Brasil, especialmente em regiões com menor acesso a serviços de saúde especializados. A demora no diagnóstico prolonga o sofrimento familiar e retarda intervenções terapêuticas essenciais, como fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicologia (abordagens ABA). No que se refere ao desafio familiar, observou se que pais e cuidadores frequentemente enfrentam um processo de luto pelo “filho idealizado”, necessitando ressignificar sua relação com o “filho real”. A sobrecarga emocional, financeira e social é expressiva: muitas famílias relatam abandono do mercado de trabalho para se dedicar ao cuidado da criança, além de isolamento social provocado pelo medo de crises sensoriais em público e pelo julgamento alheio. Acredita-se que houve um avanço considerável no entendimento do TEA, tanto no campo científico quanto na percepção social. Portanto, a população demonstra maior capacidade de reconhecer as características do espectro e de apoiar a inclusão dessas pessoas na sociedade e nas escolas. As famílias atípicas passaram a contar com mais recursos e redes de suporte para lidar com situações que, antes, eram frequentemente marginalizadas ou incompreendida.

**Palavras chave:** Família; Realidade, Sociedade; Transtorno do Espectro Autista (TEA)

# O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E OS DIAGNÓSTICOS CLÍNICOS

Ofélia Machado Mansur[1]; Julia Silveira[1]; Fernanda Faria[1]; Lílian Sanches[1]; Luciana Terração[1]; Maria Eduarda Franco[1]; Thayynne Oliveira[1]; Gabriel Gregório[1]; Kelrye Silva[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Psicologia

**Resumo**: Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por alterações na comunicação, na interação social e por padrões de comportamento. Historicamente introduzido por Eugen Bleuler (1911) e aprofundado por Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944), o diagnóstico atual adota os critérios do DSM-5-TR, baseando-se em déficits de comunicação e interação social, comportamentos restritos e repetitivos, além de sensibilidade sensorial (hiper ou hiporreatividade). Receber o diagnóstico é uma etapa fundamental para o autoconhecimento podendo compreender melhor suas características e limitações, facilitando o acesso a terapias, apoio profissional e adaptações necessárias na escola ou no trabalho, promovendo uma melhor qualidade de vida. A identificação e a intervenção precoces na infância mostram-se altamente vantajosas devido à plasticidade cerebral, proporcionando avanços significativos na fala e na autonomia. Contudo, há desafios éticos e riscos associados, como o estresse familiar, o risco de falsos positivos e o estigma do rótulo. No que diz respeito ao TEA em adultos observa-se uma expansão nos diagnósticos, cenário em que se destaca a prática do masking (camuflagem social), mecanismo que gera esgotamento e atrasa a identificação correta. O subdiagnóstico em mulheres também representa um obstáculo relevante, decorrente de critérios históricos baseados em padrões masculinos e da capacidade feminina de camuflar sintomas e internalizar dificuldades (o que pode levar a ansiedade e depressão). Outro ponto crítico reside nos falsos diagnósticos em crianças, induzidos por avaliações clínicas precipitadas ou por fatores do ambiente, como o uso excessivo de telas, cujos sintomas se diferenciam do TEA verdadeiro por regredirem com a redução do estímulo digital e o aumento da interação social. (o que pode levar a ansiedade e depressão). Diante disso, este trabalho teve como objetivo disseminar informações acessíveis sobre as complexidades desse diagnóstico por meio de uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos e livros da Biblioteca Virtual da FASAP. Os resultados evidenciam a linha tênue entre a relevância da identificação precoce e os riscos de avaliações equivocadas. Acredita-se que é imprescindível a adoção de uma avaliação profunda, contínua e multidisciplinar, integrando médicos, psicólogos e fonoaudiólogos para abater as limitações de análises isoladas, assegurando o suporte adequado e o

desenvolvimento pleno do indivíduo no espectro. Portanto, uma avaliação cuidadosa, que respeite as diferenças e analise cada indivíduo com atenção, é crucial para evitar erros no diagnóstico e garantir que pessoas no espectro recebam o apoio adequado para alcançarem seu máximo potencial e inclusão na sociedade.

**Palavras chave:** Autismo; Diagnóstico; Intervenção Precoce; Neurodiversidade

## TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E O PAPEL DA PSICOLOGIA

Ofélia Machado Mansur[1]; Ayra Luani Soares[1]; Sofia Eloize[1]; Mel Damasceno[1]; Larissa Sobral[1]; Maria Cecília Lugão[1]; Anna Terra[1]; Maria Luiza Castro[1]

[1] Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP) – Curso de Psicologia

**Resumo:** O presente estudo aborda o Transtorno do Espectro Autista (TEA) como uma condição do desenvolvimento neurológico que afeta as habilidades sociais, a comunicação e a imaginação, destacando que o diagnóstico precoce e preciso— possível a partir dos 18 meses — é crucial para transformar a qualidade de vida do indivíduo. A Psicologia Infantil atua de forma multifacetada, utilizando intervenções lúdicas e métodos científicos, como a Análise do ComportamentoAplicada (ciência ABA), para promover a aprendizagem e a inclusão social. Por fim, reforça-se que o autismo deve ser compreendido sob a ótica da neurodiversidade, sendo uma forma única de funcionamento cerebral que exige respeito às singularidades de cada pessoa em vez de uma busca procura. A presente pesquisa foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica, sendo consultadas publicações científicas (artigos) e livros (Biblioteca Virtual da FASAP) utilizando as palavras-chave: Autismo; Comportamento; Intervenção; Neurodiversidade; Psicologia. O presente trabalho tem como objetivo compreender o TEA, abordando suas características, formas de diagnóstico e possibilidades de intervenção precoce, além de destacar a importância da atuação multidisciplinar, principalmente no que diz respeito ao papel da psicologia e da perspectiva da neurodiversidade na promoção da inclusão, autonomia e qualidade de vida do indivíduo autista.O TEA é uma condição neurológica manifestada como uma síndrome comportamental, cujos critérios diagnósticos envolvem déficits simultâneos na comunicação, interação social e imaginação. O diagnóstico é exclusivamente clínico, com rastreio recomendado a partir dos 12 meses e confirmação segura entre 18 e 24 meses, sendo a intervenção precoce (dos 2 aos 3 anos) crucial para o desenvolvimento. Entre as abordagens terapêuticas, destacam-se a Ciência ABA e métodos lúdicos. Sob a ótica da neurodiversidade, o autismo é visto como uma variação natural humana, e não uma doença. O TEA é uma condição de desenvolvimento neurológico caracterizada por déficits na comunicação, interação social e imaginação, cujo diagnóstico é clínico e deve ser realizado preferencialmente de forma precoce, entre os 18 e 24 meses,

para garantir melhores resultados no desenvolvimento. Assim, a atuação do psicólogo torna-se multifacetada — abrangendo diagnóstico, suporte familiar e inclusão —, integrando-se a uma abordagem multidisciplinar com médicos e fonoaudiólogos para garantir a autonomia e qualidade de vida do indivíduo. Sua atuação conecta a ciência ao afeto, transformando o ambiente do indivíduo em um espaço seguro e estimulante, essencial para a construção de sua autonomia, inclusão social e qualidade de vida. O psicólogo exerce um papel essencial nesse processo através de avaliações funcionais, suporte familiar e intervenções como a Psicologia Infantil e a Ciência ABA, que buscam compreender e adaptar comportamentos de maneira lúdica e científica. Acredita-se que o autismo não é uma doença a ser curada, mas uma expressão da neurodiversidade humana que exige uma abordagem multidisciplinar e inclusiva para promover a autonomia e a qualidade de vida do indivíduo. Ao unir a precisão das evidências científicas à sensibilidade do cuidado humano, a psicologia não apenas transforma a realidade do indivíduo e de sua família, mas também convoca a sociedade a se tornar verdadeiramente inclusiva. Em última análise, apoiar o desenvolvimento no espectro é reconhecer que a pluralidade humana é uma riqueza, e que cada mente singular merece o direito de florescer em toda a sua plenitude.

**Palavras chave:** Autismo; Comportamento; Intervenção; Neurodiversidade; Psicologia.